

# CORPO DE MÃE EM DISCURSOS PUBLICITÁRIOS

**Denise Gabriel Witzel**

Universidade Estadual do Centro-Oeste

**Resumo:** Ao analisarmos discursos publicitários, que (re)descrevem o sujeito mulher, inevitavelmente nos deparamos com a circulação de jogos de verdade que, historicamente, objetivaram/ subjetivaram a mulher-mãe. A partir de análise de anúncios antigos e recentes, interrogo-me neste estudo sobre as continuidades, os deslocamentos e os apagamentos de sentidos que definem (definiram) o corpo materno. As análises partem do princípio de que o discurso, atravessado pela memória de outros discursos, constitui-se em um dispositivo produtor de uma biopolítica das relações entre os sexos, mais precisamente de uma sexualização dos espaços. A história dessa sexualização remonta a tempos quase imemoriais, mas ela ainda é presente no cerne da publicidade, na medida em que o homem é associado à produção e a mulher é associada à reprodução, estereótipos que reforçam, há cem anos, discursos ancorados na clivagem entre o público e o privado.

**Palavras-Chave:** discurso publicitário, identidade materna, história das mulheres.

**Resumé :** Corps de mère dans le discours publicitaire. Lorsqu'on analyse des discours publicitaires qui (re)décrivent le sujet femme, on est forcément confronté à la circulation des jeux de vérités qui, historiquement, ont subjectivé / objectivé la femme-mère. À partir d'analyse d'anciennes et d'actuelles publicités, je m'interroge plutôt sur les continuités, les déplacements et les suppressions des sens qui définent (qui ont définé) le corps de mère. Les analyses tiennent compte du discours traversé par la memoire d'autres discours et perçu comme un dispositif à partir duquel on établit une biopolitique des relations entre les sexes, plus précisément une sexualisation des espaces. L'histoire de cette sexualisation remonte à des temps presque immémoriaux, mais elle est encore au coeur de la publicité actuelle, puisque on voit l'homme associé à la production et la femme associée à la reproduction, stéréotypes qui renforcent, il y a cent ans, des discours ancrés dans le clivage entre le public et le privé.

**Mots-Clés:** discours publicitaire, identité maternelle, histoire de femmes.

## Introdução

Tradicionalmente definida como fonte da identidade e fundamento da diferença reconhecida, mesmo quando não vivida (PERROT, 2007), a maternidade se inscreve na

história da mulher, não somente como um dispositivo identitário, mas também como um “dado natural” não questionável, quando, de fato, ele é questionável. Tocada por essa constatação, interrogo-me, neste estudo, sobre o funcionamento discursivo de peças publicitárias

que circularam na mídia impressa brasileira no início do século XX e na atualidade, focalizando regularidades enunciativas que fizeram/fazem declinar aos olhos do grande público uma singular identificação do corpo de mãe. Mais precisamente, pretendo mostrar que, diferentemente do que se propaga na voz corrente, a publicidade está longe de ser uma instância criativa e veiculadora de novidades ou de rupturas, sobretudo quando atualiza, de modo descontínuo e heterogêneo, saberes agenciados em certo momento e em certo lugar sobre a função materna. Porque retomam posições e estereótipos constitutivos da relação desigual entre o sujeito-mãe e o sujeito-pai, além de reafirmarem a normatividade dessa relação que atravessa o tempo e permanece na atualidade, tais saberes permitem evidenciar efeitos de poder que dão lugar a todo um jogo da verdade, produzindo práticas discursivas identitárias na mídia (GREGOLIN, 2008).

Em razão da constituição epistemológica da Análise do Discurso, base teórica de minhas reflexões aqui, convém sublinhar que o texto publicitário será considerado fora das hipóteses comunicativas ou meramente “comerciais”, ou seja, como propaganda de produtos. Antes, na esteira da arqueogenealogia de Michel Foucault, empenho-me em esclarecer que o discurso publicitário “[...] não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência”; tampouco “[...] é apenas um conjunto de signos, elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações” (FOUCAULT, 2007, p.55). Trata-se de uma prática que forma sistematicamente os objetos de que fala e, por suas condições de existência, faz com que certas coisas possam ser ditas e, mais do que isso, possam ser recebidas como verdadeiras em certo momento sócio-histórico. O acontecimento publicitário emerge em meio a jogos de relações de saber-poder e, porque extrapola o nível dos signos e da textualidade, permite ser apreendido como algo mais que o torna irreduzível à língua. É justamente por esse mais, conforme escreve Foucault (2007, p.55),

“que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever”, que me interessa.

Importa, nessa perspectiva arqueológica, apreender e descrever o enunciado em sua transversalidade, que “cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis, fazendo com que essas [apareçam], com conteúdos concretos, no tempo e no espaço” (FOUCAULT, 2007, p.99). Em outros termos, o enunciado situa-se no discursivo e, por isso, não é totalmente visível nem totalmente oculto. Não pode, conseqüentemente, ser isolado na horizontalidade da cadeia sintagmática como uma unidade reconhecida pela gramática e pela lógica. É preciso definir as condições nas quais se realizou a função que resultou em uma série de signos (não sendo necessariamente gramatical nem logicamente estruturada), com uma existência específica. Em seu modo singular de existência, que o faz aparecer não como um traço, mas como algo que se refere a objetos e a sujeitos, o enunciado entra em relação com outras formulações.

À luz de tal orientação teórico-metodológica, quero pensar a problemática do corpo e nos efeitos de sentido e de sujeito a ele atrelados a partir da materialidade constituída nas peças publicitárias. Obviamente, isso não significa abordar o corpo objetivo, resultado de uma somatória de átomos e moléculas que desempenham funções fisiológicas e biológicas, tampouco o corpo inerte com suas propriedades eternas, mas o corpo na história, fabricado discursivamente; logo, o corpo como irrupção de um acontecimento. Daí ele ser uma construção simbólica, inserido em “redes de poder e resistências [...], apresentando saberes, memórias e arquivos, que colocam em imagens a nossa maneira de ver e de viver” (MILANEZ, 2010, p.3).

Analisar as imagens que nasceram do jogo de relações em que está imerso o corpo da mãe, pressupõe atentar para as condições de aparecimento de discursos que produziram aquele objeto, e não outro, transformando-o em uma espécie de âncora da mulher no mundo, sua razão de ser. Assim, para tentar tornar visível o que já está visível, fazendo “aparecer o

que está tão perto, que é tão imediato, o que está tão intimamente ligado a nós mesmos que exatamente por isso não o percebemos” (FOUCAULT, apud ARTIÈRES, 2004, p.16), recuo ao arquivo e à memória dos discursos que objetivaram o corpo de mãe, conforme certos sistemas de regulação/coerção, prendendo-o “no interior de poderes muito apertados, que lhe [impuseram] limitações, proibições ou obrigações” (FOUCAULT, 2005, p.124). Poderes com os quais coexistem, necessariamente, pontos de resistência.

### Corpo, Poder e Modos de Subjetivação

A genealogia foucautiana deixa muito claro que o corpo está no centro de toda relação de poder. Para explicar de que modo o corpo das mulheres figura no centro de “maneira imediata e específica” (PERROT, 2005, p.447), valho-me da ideia de que o poder não pesa sobre os corpos somente como uma força repressora, pois se trata, principalmente, de uma eficiente força produtora de enunciados, teorias, negações, afirmações, enfim, de discursos de verdade sobre o sujeito. O dispositivo de poder, em tal linha de raciocínio, é uma instância desencadeadora da prática discursiva.

Esse caráter constitutivo e produtivo do poder é um dos enfoques de Foucault em *O Poder Psiquiátrico*<sup>1</sup> (2006), obra na qual ele fundamentalmente analisa os modos de subjetivação do louco no espaço asilar. Ao arremeter alguns pontos ali abordados, particularmente os da aula do dia 9 de janeiro

<sup>1</sup> No curso que ministrou no *Collège de France* em 1973 e 1974, cujas aulas foram publicadas nessa obra, Foucault volta a tematizar a loucura, mas de modo diferente do que havia problematizado em sua *História da Loucura na idade clássica*. A preocupação, antes centrada tanto nas análises das representações que se tinha da loucura nos séculos XVII e XVIII, quanto nas construções dos saberes que promoveram práticas divisoras (separando o sujeito normal e sadio do louco e do doente), desvia-se, no curso, para os enfrentamentos, os dispositivos de poder e os discursos/jogos de verdades que se construíram em torno da psiquiatria e da loucura.

de 1974, acerca da relação entre os efeitos do poder psiquiátrico e a prática de direção que instaurou um “jogo da realidade no asilo”, será possível observar, mais à frente, que o discurso publicitário reverbera discursos e jogos de verdade que seguiram, de certo modo, as mesmas regras de formação do funcionamento da microfísica do poder asilar, subjugando corpos e normalizando espaços nos quais o sujeito se insere.

No cerne da prática psiquiátrica, foram criados dispositivos disciplinares e técnicas de poder concentradas nos corpos (gestos e comportamentos) dos indivíduos, cujos efeitos visavam ao controle e à posterior cura da insanidade mental. Destituído de qualquer outra função social, o corpo do interno precisava ser regulado à luz das verdades que se criaram sobre a loucura, como a que ela seria uma vontade (vontade de insurreição, vontade ilimitada), contra a qual o regime psiquiátrico deveria agir. A insurgência era contida mediante uma rede de poder que, convocando modelos de outros campos do saber, erigiu saberes próprios da psiquiatria enquanto especialidade médica.

Destaque-se a noção de direção. Inscrita inicialmente na prática religiosa com o objetivo de fazer valer a direção da consciência, ela foi incorporada no psiquiatra que passou a ser alguém apto a dirigir tanto o funcionamento do hospital quanto a vida dos doentes. A estes, por sua vez, era necessário desvelar uma nova orientação, para que aceitassem uma realidade inevitável e impositiva, validando o poder que se exercia no interior do asilo como sendo o poder da própria realidade. Ao dar esse poder à realidade e fundar o poder na realidade, o campo psiquiátrico lançou mão de quatro elementos vistos como “espécies de nervuras de realidade” (FOUCAULT, 2006, p. 221), que penetraram no asilo e tornaram-se os pilares sobre os quais se sustentava todo o regime de controle/tratamento. Eram eles:

- **a vontade do outro:** entre o psiquiatra e o doente, instaurou-se uma relação de dissimetria absoluta, pois a realidade à qual o louco era confrontado, era a realidade do outro,

era a lei do outro, o que implicava sua dependência e submissão ao psiquiatra que detinha, invariavelmente, um poder superior ao do louco;

- **anamnese:** essa outra realidade que era imposta ao louco visava ao reconhecimento de si mesmo e à construção de uma identidade de si;

- **a realidade da doença:** o doente devia se submeter à verdade de sua doença; ele precisava reconhecer/aceitar que estava louco, ou ainda, que sua loucura era loucura e, paralelamente, sujeitar-se à realidade de que sua loucura não era uma doença, mas defeito, maldade, falta de atenção, presunção. Era necessário “impor a realidade da doença e impor à consciência da doença a realidade de um desejo não doente” que animava e que estava “na própria raiz da doença. Realidade e irrealidade da doença, realidade da não-realidade da loucura” (FOUCAULT, 2006, p. 221).

- **o dinheiro e tudo o que a ele estava relacionado:** a realidade da necessidade de um sistema econômico, a partir do qual o louco poderia subsidiar sua existência de louco.

Estava curado o indivíduo que aceitasse essa quádrupla sujeição à realidade.

As mesmas “nervuras” são facilmente reconhecidas em muitos outros espaços disciplinares (escolas, prisões etc), contudo, diferentemente das outras instituições, no asilo, havia a necessidade de que a direção e a imposição de poder da realidade estivessem sob a responsabilidade de um médico-psiquiatra e não de um gestor ou administrador, ainda que a teoria médica não fosse relevante, nem mesmo aplicada, na prática efetiva de uma técnica de direção. A presença física do médico era imprescindível no interior do asilo e ela ocorria de tal forma que o espaço asilar se confundia com o próprio corpo do médico.

Ao questionar o porquê dessa necessidade de marcar medicamento o asilo e o porquê de um corpo médico se tornar o poder capaz de impor uma realidade, Foucault assevera que é porque o psiquiatra detinha um saber, não exatamente um saber psiquiátrico, mas um efeito de poder

suplementar, “dado, não pelo conteúdo de um saber, mas estatutariamente pela marca do saber”; era “[...] pelas marcas que designavam [no psiquiatra] a existência de um saber, e era somente por esse jogo das marcas, qualquer que fosse o conteúdo efetivo desse saber, que o poder médico iria funcionar no interior do asilo, como poder necessariamente médico” (FOUCAULT, 2006, p. 229). Tratar a loucura seria, então, “a arte de subjugar e de domar [...] o alienado, pondo-o na estreita dependência de um homem que, por suas qualidades físicas e mentais, era capaz de exercer sobre ele um império irresistível e de mudar a corrente viciosa das suas ideias” (PINEL, apud FOUCAULT, 2006, p.11). No desenrolar desse enfrentamento, observa-se uma verdadeira (con)fusão entre obediência e cura.

Todavia, há ainda que se acrescentar que esse poder médico não se exercia de modo isolado, até porque o poder nunca é algo que alguém detém, tampouco é o que emana de alguém. “Só há poder porque há dispersão, intermediações, redes, apoios recíprocos, diferenças de potencial, articulações (FOUCAULT, 2006, p.7). Desse modo, ao poder médico, articulavam-se outros, exercidos por funcionários (vigilantes, enfermeiros), assegurados por uma especial estrutura física (muros, grades, etc) e por outras instituições (polícia, igreja, justiça). Havia, pois, uma disposição tática e estratégica postas em ação a exemplo de um verdadeiro campo de batalha, com o único objetivo de vencer o louco, fazê-lo se render à verdade de sua doença.

Saindo do espaço asilar, onde o poder psiquiátrico se exerceu como força de sujeição dos corpos e de intensificação do real; onde houve uma subordinação do corpo do louco ao corpo do psiquiatra; onde, também, visualizou-se um cruzamento das relações entre poder, saber e corpo que produziu efeitos de verdade, fazendo a realidade funcionar como poder, volto-me, agora, para o espaço publicitário, com vistas a identificar vestígios de um poder disciplinar centrado no corpo da mulher-mãe. Eis a questão que me leva a tentar dar a ver o fato de que às mulheres foi igualmente

desvelada uma realidade inevitável e impositiva, na medida em que o poder se exerceu como sendo também o poder da sua própria realidade.

A materialidade discursiva das peças reproduzidas na sequência, uma vez que (re)estabelece enunciados ligados não apenas “a situações que o provocam mas, ao mesmo tempo [...], a enunciados que o precedem e o seguem” (FOUCAULT, 2007), sinaliza alguns trajetos sociais de produção dos sentidos, atravessados por saberes de ordem mítica, científica, religiosa, cultural, por meio dos quais o corpo de mãe foi historicamente constituído.



Figura 1

Fonte: O Estado de SP, out e nov 1913.



Figura 2

Fonte: Veja, out 2007.

Inicialmente, chamo a atenção prioritariamente para o paralelismo imagético e verbal dessas figuras: do lado esquerdo de ambas, vê-se a imagem de um homem vestindo terno e gravata, segurando uma caneta, sentado

diante de uma escrivaninha sobre a qual estão dispostos papéis, livros, enfim, objetos do universo de um escritório. Já do lado direito, vê-se a imagem de uma mulher e de um bebê, que ora está no colo, ora está sobre algo que parece um trocador. Com relação às formulações linguísticas, lê-se: **O homem moderno que na dura luta pela existência necessita a sua máxima energia corporal e nervosa, soffre muito a [ilegível] dor de cabeça, hemicrania e dores nervosas de toda a espécie** (figura 1); **A competência para gerenciar seu dinheiro** (figura 2); **Que grande alegria a de uma mãe que vê o seu filhinho, o fruto das suas entranhas, cheio de saúde! De que sacrifícios e esforços não seria capaz para dar a seus filhos a maior saúde possível!** (figura 1); **Com a consciência de que seu tempo é muito importante** (figura 2).

Em que pesem os quase cem anos que separam a circulação de tais peças e o fato de que, na contemporaneidade, novos espaços sociais e outras condições subjetivas foram construídas tanto para as mulheres quanto para os homens, a publicidade parece operar como uma caixa de ressonância dos “mesmos” discursos que organizaram/sexualizaram os espaços de acordo com os jogos de verdades que forjaram a conhecida clivagem: “aos homens, o cérebro [...] a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos” (PERROT, 1992, p.177). Ou nos termos das peças em questão: aos homens a **luta pela existência, energia, competência, dinheiro**; às mulheres, **o fruto das suas entranhas, sacrifício, consciência**.

Como visto, o dispositivo de poder produz certo número de enunciados, discursos e, por conseguinte, jogos de verdade sobre o sujeito. Face à materialidade complexa daquelas peças, impõe-se de imediato uma análise que considere especialmente o entrelaçamento de algumas formas de exercício do poder que, no curso da história das mulheres, apresentaram-se como poder da realidade, possibilitando a emergência daqueles enunciados que se repetem, mesmo sendo únicos, na trama

dialética ali reatualizada: homens que “pensam” e mulheres que “sentem”.

Tendo em conta a condição mesma da função enunciativa e dos quatro elementos básicos que constituem o enunciado (um referente, um sujeito, um campo associado e uma materialidade), é possível identificar rastros da história na manutenção e constância do mesmo referente: identificação da mulher-mãe associada à devoção, abnegação, resignação e do homem associado à energia, à responsabilidade, à produtividade intelectual. Também a posição de sujeito move ambos os discursos publicitários na direção de outros discursos que definiram o lugar do sujeito-homem na esfera pública do político e do trabalho e o do sujeito-mulher-mãe na esfera privada do doméstico. Quanto ao campo associado, reatualizam-se enunciados que se ligam à memória coletiva, desencadeando um movimento para a memória dos saberes que há muito contribuem para que aqueles lugares fiquem sedimentados no imaginário social, notadamente os que encerram a maternidade.

Por fim, resta acrescentar que o enunciado é inevitavelmente apresentado e constituído pela espessura material, que não é somente o suporte - no caso, a publicidade -, mas também o *status* adquirido por ser veiculado nesse ou naquele suporte. Em se tratando de publicidade, tem-se um suporte institucional legitimado para poder dizer o que funciona como verdadeiro, já que o que ela diz exerce sobre outros discursos uma forma de pressão, uma coerção (FOUCAULT, 2001), silenciando alguns dizeres e reverberando outros. E como efeito desse discurso verdadeiro, ela reproduz:

Paradigmas, estereótipos, maneiras de agir e pensar que simbolicamente inserem os sujeitos em uma ‘comunidade imaginada’. A sofisticação técnica produz uma verdadeira suturação identitária através da circulação incessante de imagens que têm o objetivo de generalizar os modelos. A profusão dessas imagens age como um dispositivo de etiquetagem e de disciplinamento do corpo social (GREGOLIN, 2008, p.95).

Para dar conta dessas especificidades do enunciado, há que atentar para sua inserção em redes, em campos de utilização que, em outra época, definiu aquela distinção do público e do privado, distinção que se centrou nas inquietações, nos preconceitos, nos estranhamentos e nos mistérios de um corpo fonte de todos os outros corpos. Daí ser possível trilhar a construção de saberes sobre o que é/era ser mulher à luz dos quatro elementos (leis) da realidade que legitimaram o poder psiquiátrico, ou seja, a lei do poder do outro, da identidade, da realidade da *doença* e, finalmente, do dinheiro.

Partindo do princípio de que a “direção” que o psiquiatra deveria dar à vida dos doentes dos asilos vale para “direção” dada à vida das mulheres, observa-se que elas foram, desde os primórdios, confrontadas com a **vontade do outro** (pai, padre, marido, médico) e este, por sua vez, esforçou-se no limite para adestrar seus gestos, regular seus comportamentos<sup>2</sup>, controlando-as, disciplinando-as; elas foram insistentemente expostas à objetivação operada pelo olhar vigilante, olhar que suspeitava da sua beleza, aparência, formas, roupas, gestos, maneiras de andar, olhar, falar e sorrir – provocante, o riso não caía bem às mulheres, melhor que ficassem com as lágrimas. São suspeitas que recaíam, sobretudo, sobre seu sexo, o “vulcão da terra”; enclausurá-las seria a melhor solução, quer fosse em um espaço fechado e controlado como o lar doméstico, quer fosse sob um véu que esconderia sua “chama incendiária” (PERROT, 2005, p. 447).

<sup>2</sup> A propósito dessas técnicas que visavam adestrar os corpos, seus gestos e comportamentos, considero o seguinte excerto exemplar para mostrar como tais técnicas incidiram sobre os corpos femininos: “sente-se em uma cadeira reta. Cruze suas pernas na altura dos tornozelos e mantenha seus joelhos pressionados um contra o outro. Tente fazer isso enquanto está conversando com alguém, mas tente o tempo todo manter seus joelhos fortemente pressionados um contra o outro... Corra uma certa distância, mantendo seus joelhos juntos. Você descobrirá que terá que dar passos curtos, altos... Ande por uma rua da cidade... Olhe, em direção reta, para a frente. Toda vez que um homem passar por você, desvie seu olhar e não mostre nenhuma expressão no rosto. (BORDO, apud ROSE, 2001, p.174)

É nesse sentido que Rousseau afirmara:

Não há nenhuma paridade entre os dois sexos quanto à consequência do sexo [...] o macho é macho apenas em certos momentos, a fêmea é mulher ao longo de sua vida ou, pelo menos, ao longo de toda a sua juventude; tudo a liga constantemente a seu sexo, e, para o bom cumprimento de suas funções, é-lhe necessário ter uma constituição que o propicie (PERROT, 2007, p. 64).

Uma das garantias para o “o bom cumprimento de suas funções” seria o total afastamento da vida pública e profissional.

Além de aceitar, conformar-se, obedecer à lei do outro, as mulheres precisaram se sujeitar igualmente ao outro jugo da realidade, **reconhecendo-se** e **identificando-se**, por exemplo, como um sujeito portador de absoluta fragilidade, portanto, submisso, dependente da veemência e virilidade masculina. Mais do que isso, essa identificação passou pelo reconhecimento de seu lugar na família e na sociedade, lugar que, afastado do mundo do trabalho, pressupunha uma inferioridade também intelectual.

Sobre a terceira realidade, alguns indícios mostram como as mulheres deviam se **submeter à verdade**, não de uma doença propriamente dita, mas de **imperativos** relacionados ao processo reprodutivo. No tempo de Aristóteles, por exemplo, as mulheres precisaram aceitar que seu corpo era um “corpo mutilado”, ou ainda, que eram machos com defeito, pois a “genitália (designada para ser do lado exterior do corpo), por falta de calor ou de força, fálhou na extrusão”. Seriam seres frios e mais fracos, essencialmente equipados para a “geração e criação dos filhos, não para uma vida racional e ativa dentro do fórum cívico. As mulheres eram criaturas privadas, os homens eram públicos” (PORTER, 1992, p. 316). Os desdobramentos dessa verdade fizeram com que as mulheres se sujeitassem à realidade da inferioridade anatômica e biológica e, por isso, ficaram tanto tempo confinada à esfera doméstica, *locus* de proteção, sujeita “[...] às gestações sem fim, aos cuidados das crianças,

ao envelhecimento prematuro, à exaustão e, frequentemente, à morte por doenças do parto” (PORTER, 1992, p.316).

O discurso médico, que ganha especial dizibilidade e legitimidade nos séculos XVIII e XIX, impôs outra realidade. A descoberta dos ovários e da natureza do ciclo menstrual sedimentou a ideia de que não havia razão para as mulheres serem consideradas seres sexualmente ativos. Daí as convicções, corroboradas pela tradição religiosa, de que não era necessário nenhum estímulo para as mulheres conceberem, o que fortaleceu a premissa de que elas deveriam servir unicamente de “receptáculos” (PORTER, 1992, p. 317) e a certeza de que elas deveriam se espelhar na Santa e Virgem Maria.

Ícone do ideal de uma concepção imaculada, o modelo de Maria pesará sobre os corpos das mulheres de modo tão intenso que a publicidade, desde sempre, rememora exaustivamente a figura da Pietá, de Michelangelo (1499), tal como as figuras já apresentadas e esta outra.



Figura 3  
Fonte: Veja, mai 2008.

Nessa interdiscursividade, reitera-se a relação entre maternidade e devoção/sofrimento, ancorada em um corpo que forçosamente precisou se submeter à verdade de um corpo dessexualizado, na tentativa de assegurar uma melhor ordem social e moral-religiosa.

Sobre a quarta e última nervura da realidade, é bastante evidente que o dinheiro também se apresentou às mulheres como forte elemento de

sujeição. Destituída de qualquer trabalho produtivo, a proteção material dos filhos e o sustento das despesas da casa era de responsabilidade exclusiva do pai, cabendo à mãe a tarefa de proteger as crianças e de prepará-las física, intelectual e moralmente para o convívio social.

Em suma, esse quádruplo jogo da realidade definiu muito precisamente os espaços, confinando durante muito tempo a mulher no lar onde ela poderia (deveria) desempenhar com segurança a função de mãe e reprodutora. Função, aliás, que se apresentava como uma espécie de fatalidade: “a mensagem do anjo Gabriel era válida para todas as mulheres que passavam, todas ou quase todas, pela anúnciação, desejada ou temida, da maternidade” (PERROT, 2007, p.69). Os efeitos de sentido produzidos nas seguintes peças integram essa rede, na medida em que, a exemplo das outras já apresentadas, reiteram a clivagem dos espaços e, ao mesmo tempo, prestam-se à manutenção dos saberes sobre a relação inescapável entre corpo de mulher e maternidade.



Figura 4

Fonte: Nova, fev 1997.

Novamente, escrivãzinha de um lado e bebê (boneca) de outro. Novamente, as **grandes decisões** são para o futuro (e feliz) homem, assim como os cuidados dos filhos são para a futura (e assustada) **mamãe**. Cada um no seu lugar, como se nenhuma válvula de escape fosse possível, já que não há espaço nessas memórias de outros tempos, ainda vivas, para outras identificações. Tudo o que já foi

observado com relação às verdades produzidas e enunciadas em diferentes práticas, que excluam as mulheres da vida pública e política, vale para a compreensão do aparecimento desses últimos enunciados.

Contudo, quero ainda acrescentar uma última reflexão que, de certo modo, desloca um pouco a ideia de que a mulher seria um sujeito totalmente destituído de poder. Com poucas variantes, todas as peças aqui mobilizadas reiteram o discurso da incompetência feminina para o trabalho “fora de casa” e enaltecem sua vocação dita natural para cuidar da família. É, pois, sobre este ponto específico que passo a expor.

Foucault (1988), ao abordar o biopoder como mecanismo de controle da vida da população, postula que, com o surgimento da sociedade burguesa, surgiu igualmente a necessidade de se cuidar da população para que houvesse riquezas e mão de obra; preservar a vida e educar as crianças passaram a ser prioridade para a consolidação da sociedade capitalista tal como a conhecemos hoje. Entretanto, mais do que uma preocupação com a economia ou com a ideologia, havia uma preocupação “física”, daí as orientações em massa que surgiram com o intuito de fazer com que as pessoas atentassem para “[...] a higiene do corpo, a arte da longevidade, os métodos para ter filhos de boa saúde e para mantê-los em vida durante o maior tempo possível, os processos para melhorar a decência humana” (FOUCAULT, 1988, p.137). Assim, embora as mulheres fossem naquela época subjugadas e dessexualizadas, elas assumiram especial relevância e certo poder no âmbito familiar, porque a elas cabia o dever de fazer funcionar aquele mecanismo. Era necessário atingir especialmente as mulheres, sobretudo seu corpo e sua sexualidade, pois, através delas, as normas médicas e religiosas conseguiam atingir os lares que passaram a se higienizar e a se disciplinarizar.

Com efeito, os discursos das peças apresentadas, ao ratificarem a divisão entre o público e o privado, entrelaçam-se com outros que visavam estabelecer “[...] harmoniosamente



competências na complementaridade dos dois sexos para o bem maior da sociedade inteira” (PERROT, 2005, p. 460). São discursos, portanto, que, ao celebrarem as mulheres, especialmente suas habilidades vistas como naturais e sua utilidade social, fazem-no a partir de argumentos sutis vinculados a aspectos positivos das identidades sexuadas e a elogios sobre sua capacidade de reinar no doméstico. O discurso da utilidade social não só seduzia as mulheres como também garantia seu sentimento e desejo de ser um exemplo.

Com essa linha de análise, deduz-se o seguinte: os mecanismos de poder que, ainda hoje, sexualizam os espaços, repousam na persuasão, em procedimentos que incitam comportamentos, tanto ou mais do que na repressão ou na negação, tal como destacou Foucault (1988). Além disso, as peças focalizadas comprovam que os estereótipos têm vida longa e encontram, na publicidade, um eficiente meio de divulgá-los.

### Considerações finais

Nas peças publicitárias apresentadas, e em muitas outras que nos atingem há pelo menos cem anos, o que se vê é a manutenção de enunciados, não obstante as variações de ordem léxica, e sintática, até porque: “[...] uma informação dada pode ser retransmitida com outras palavras, com uma sintaxe simplificada, ou em um código convencionado; se o conteúdo informativo e as possibilidades de utilização são as mesmas, poderemos dizer que ambos os casos constituem o mesmo enunciado” (FOUCAULT, 2000, p.117). A insistente volta de enunciados no universo publicitário implica algo que ultrapassa a simples recitação, na medida em que contribuem para que discursos verdadeiros sejam continuamente reafirmados.

Ao chamar à atenção para as repetições e regularizações, tentei mostrar que, apesar de ser consenso nos estudos em Análise do Discurso (GREGOLIN, 2008) o fato de que as identidades são construídas historicamente, estão em fragmentos, descentradas,

multiplicadas, são nômades etc, a prática discursiva da publicidade, há muito, tende incessantemente a buscar um “eu” único, com o qual o consumidor possa se identificar. É como se houvesse “eus” de um tipo particular, constituídos de uma “subjetividade individualizada, motivados por ansiedades e aspirações a respeito de sua auto-realização, comprometidos a encontrar suas verdadeiras identidades e a maximizar a autêntica expressão dessas identidades em seus estilos de vida” (ROSE 2001, p. 140).

São essas individualizações discursivizadas na longa duração de um século que me pareceram, nesta análise, fundamentais, mais do que a localização de traços esporádicos considerados como formadores de identidade. Nas ressonâncias, focalizei os estereótipos do corpo da mãe construídos por enunciados repetidos e acomodados como memória. E foi olhando, não para o nível da proposição ou do mundo real, mas para os procedimentos interdiscursivos de montagem dos discursos, que foi possível depreender o lugar do sujeito-mãe inscrito na mídia publicitária, pensado e definido nas relações de poder-saber que presidiram os processos de subjetivação desde tempo quase imemoriais.

### Referências

- ARTIÈRES, P. Dizer a atualidade. O trabalho de diagnóstico em Michel Foucault. In: GROS. F. **Foucault: a coragem da verdade**. São Paulo: Parábola, 2004.
- FOUCAULT, M. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- \_\_\_\_\_. **O poder psiquiátrico**. São Paulo: Martins Fontes, 2006a.
- \_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- GREGOLIN, M.R.V. Identidade: objeto ainda não identificado? In: MILANEZ, Nilton; FONSECA-SILVA, Maria da Conceição; SILVA, Edvania Gomes da.(orgs). **Estudos da Língua(gem)**. Imagens de Discurso. Vitória da Conquista: Edições UESB, v.6, n.1, 2008, p.81-97.

MILANEZ, N. O nó discursivo entre corpo e imagem: que identidade para o brasileiro é essa? In: MACHADO, I.L.; MENDES, E.; LIMA, Helcira. **Revista de Estudos Seomiodiscusivos**. Imagem e Análise do Discurso. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2010 (no prelo).

PERROT, M. PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

\_\_\_\_\_. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru-SP: EDUSC, 2005.

PORTER, R. História do corpo. In. BURKE, P. (Org.) **A Escrita da História: perspectivas**. São Paulo: Usp, 1992.

ROSE, N. Inventando nossos eus. In: SILVA, T. T. **Nunca fomos humanos – nos rastros do sujeito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 137-202.

*Recebido em: 27 de julho de 2011.*

*Aceito em: 20 de outubro de 2011.*